



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - MEDIDAS PREVENTIVAS DIANTE DE CATÁSTROFES CLIMÁTICAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1116/11	DATA: 10/08/2011
INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 16h50min	DURAÇÃO: 01h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h51min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
--

FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO – Diretor do Departamento de Combate à Desertificação, do Ministério do Meio Ambiente, representando o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável.

MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA – Prefeito do Município de Quebrangulo, Estado de Alagoas.

ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS – Coordenador de Projetos da Escola Superior de Sustentabilidade de Sergipe.

SUMÁRIO: Discussão e esclarecimentos, pelos expositores, acerca de medidas preventivas diante de catástrofes climáticas.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos.

Informo que foi distribuída a ata.

Consulto o Plenário se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço dispensa da leitura da ata, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - A pedido do Deputado Glauber, está dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente nº 57, de 2011, do Deputado Anthony Garotinho, que justifica sua ausência nos dias 3 e 25 de maio, 7, 21 e 29 de junho, 5 e 13 de julho.

Comunicações.

A Comissão visitará o Presidente do Tribunal de Contas da União na próxima terça-feira, 16 de agosto, às 17h.

Precisamos que os colegas Parlamentares confirmem a presença. Nós vamos lá discutir as denúncias acerca de desvio de recursos para socorro às vítimas de catástrofes, inclusive na região serrana.

A Ordem do Dia é uma audiência pública, e, depois, nós vamos fazer deliberações de requerimento.

Colegas Parlamentares, a presente audiência decorre da aprovação pelo Colegiado dos Requerimentos nºs 15 e 16, de autoria dos Deputados André Moura e Glauber Braga, respectivamente.

Comparecem a esta Comissão, em audiência pública, os seguintes convidados, que gostaria que, à medida que fôssemos chamando, viessem compor nossa Mesa: Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello, Diretor do Departamento de Combate à Desertificação, do Ministério do Meio Ambiente, e está aqui representando o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável; Sr. Marcelo Ricardo Vasconcelos, Prefeito de Quebrangulo — o nome é bonito, Prefeito,



mas não estou familiarizada com ele; Prof. Anderson Fabiano da Cruz, Coordenador de Projetos da Escola Superior de Sustentabilidade de Sergipe.

Nós gostaríamos de agradecer a presença aos nossos convidados e dizer que terão de 10 a 15 minutos — se for necessário, garantiremos os 15 minutos — para fazer suas exposições. Depois das exposições, nós vamos abrir espaço para o debate ou para as perguntas dos Parlamentares.

Pela ordem, nosso representante do Ministério do Meio Ambiente, colega Francisco Carneiro, que falará sobre a desertificação.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO - Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite e pedir desculpas pelo colega Roberto, que não pôde estar presente porque está coordenando um comitê que trata exatamente do tema.

Tentarei, em breves palavras, dar uma explanação do que vimos fazendo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente com relação à temática das medidas preventivas a catástrofes.

Rapidamente, no que toca ao Ministério do Meio Ambiente, é importante focarmos que o nosso trabalho se volta para as ações dessa natureza. Essas catástrofes naturais se agravam principalmente pela falta de ordenamento do uso dos espaços, e temos alguns pontos específicos que agravam essa situação.

Um recorte do semiárido tem a questão energética, que provoca muito desmatamento. Em função disso, temos uma retirada excessiva da cobertura florestal. Já tivemos exemplos concretos, recentemente, de como se comportaram os serviços ambientais na sua ausência. Em especial, em Pernambuco e Alagoas, uma chuva recente e intensa que causou um prejuízo muito grande.

Temos o uso desordenado do solo em relação à questão agrícola e pecuária. O mais grave é quando a ocupação se dá no que nós chamamos de Áreas de Preservação Permanente, que, por uma condição natural, deveriam ser conservadas para que os serviços ambientais ficassem presentes e a sociedade não sofresse com a sua ausência.

O Ministério do Meio Ambiente, nesse sentido, vem fazendo um esforço basicamente focado na questão do Zoneamento Ecológico e Econômico, que é uma ferramenta de macroplanejamento. E assim nós teríamos, com a aplicação do



zoneamento na escala dos Estados e dos Municípios, um instrumento que permitiria associar a vocação socioambiental e os fatores econômicos e apontar o ordenamento do território para o seu desenvolvimento com o critério de sustentabilidade.

Nesse sentido, compete ao Ministério do Meio Ambiente definir a metodologia. Isso já é uma situação real, já existe o Macrozoneamento Econômico do Brasil. Nós temos já — eu trouxe para lhes mostrar — um trabalho que foi feito para a Amazônia, no qual temos as diretrizes para uma ocupação do território com critérios de sustentabilidade, com os quais não cerceamos o desenvolvimento, mas asseguramos a sustentabilidade ambiental.

O Macrozoneamento hoje precisa ainda ser aplicado em outros biomas brasileiros. Por uma questão de prioridade, a próxima etapa será o Cerrado. Até por determinação legal, nós temos o prazo até setembro do ano que vem para apresentar o Macrozoneamento Ecológico e Econômico do Cerrado. Então, essa é uma prioridade com a qual o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando. Num segundo desdobramento, teremos as ações para o bioma Caatinga, que é outro que vem sofrendo um pouco com essa questão, principalmente do desmatamento.

Dentro da questão zoneamento, nós temos uma ferramenta específica, que é o Programa de Gestão Costeira Integrada. Ele trabalha a análise do comportamento das relações de risco entre a linha de costa e os oceanos. Esse trabalho também já tem uma primeira determinação feita ao longo da costa brasileira. O nosso desafio nesse ambiente é exatamente a pouca informação que nós temos do comportamento da dinâmica costeira. Infelizmente, nós temos poucos elementos de coleta de informação para uma análise mais profunda. Nesse sentido, essa ferramenta é extremamente importante, e é importante vermos o tipo de risco que está associado a essa área costeira.

Então, nós temos três grandes riscos: os naturais, que são principalmente voltados para a inundação. Levam-se em consideração a geomorfologia, as cotas. Esse é um tipo de risco a que a zona costeira está exposta. A outra abordagem são os riscos tecnológicos, principalmente relativos ao parque industrial, que está muito concentrado na zona costeira, em especial o da indústria do petróleo. E há o risco social, porque a costa brasileira é uma área de muita concentração e, normalmente,



qualquer alteração... Nós temos exemplos no Rio de Janeiro e no próprio Nordeste das consequências da falta de planejamento para isso.

Hoje, no tocante à Gestão Costeira Integrada, que é um instrumento desse Zoneamento Econômico, o Ministério tem uma comissão estruturada, um grupo de trabalho. O colega não pôde vir — essa é a área dele e não é bem a minha — porque está justamente, neste momento, com essa comissão para definir as diretrizes desse trabalho.

A maior vulnerabilidade desse planejamento é justamente essa carência de coleta de dados para podermos então construir cenários.

Outro ponto, que está mais na nossa área, é o Sistema de Alerta Precoce de Secas, que está sendo desenvolvido pelo Ministério. Esse Sistema de Alerta Precoce é uma ferramenta que está sendo elaborada em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia e o INPE. Ele vai ser um modelo e vai ter uma modelagem matemática com a qual, associando índices de precipitação, comportamento do solo, atividades econômicas, se poderá fazer previsão de como serão as consequências de determinadas expectativas de seca e quais serão, então, as medidas necessárias.

Esse Sistema de Alerta Precoce é uma ferramenta que se iniciou como projeto, pontualmente, e está sendo trabalhado agora para ser transformado em programa de governo, para podermos ter informação anual e, com isso, ter de fato esforços do Governo na identificação de determinados comportamentos.

Neste momento, esse Sistema de Alerta Precoce está numa etapa final de diagnóstico. Existe uma equipe técnica dentro do INPE que está coletando os dados, e, provavelmente ao final deste ano, vão ser feitas as primeiras modelagens.

Num primeiro momento, o esforço que o Ministério do Meio Ambiente vem fazendo dentro da temática da audiência foi neste sentido: qualificou uma metodologia para o Macrozoneamento Ecológico e Econômico do País, já definiu esse Macrozoneamento Ecológico na Amazônia e está elaborando o trabalho do Macrozoneamento Ecológico e Econômico para o bioma Cerrado.

É importante dizer que a escala do planejamento federal é distinta das escalas estaduais e municipais, mas a metodologia fica definida dentro do Macrozonamento.



Duas ferramentas que nós temos dentro desse processo do Macrozoneamento para apontar as formas adequadas de ocupação dos territórios são exatamente o SAP, o Sistema de Alerta Precoce de Secas — há um recorte específico para o semiárido, para as áreas afetadas pelo processo de desertificação — e esse Sistema de Modelagem Costeira, que está agora justamente estudando e definindo os critérios muito mais específicos de como seriam as consequências específicas que poderiam acontecer nessa zona costeira em função das mudanças climáticas.

O Sistema de Modelagem é muito complexo porque ele trabalha a partir de suposições. Se aumenta um grau, o que acontece em termos de elevação da cota de água? Se há determinada alteração do comportamento, como, por exemplo, um terremoto, até onde essa onda atinge? Então, há todo um trabalho extremamente complexo.

Eu agradeço e fico por aqui. Qualquer coisa eu posso complementar com as perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao nosso amigo Francisco Carneiro.

Vamos então passar a palavra ao nosso Prefeito Marcelo Ricardo, que tem experiências dos momentos de dificuldade que sua cidade viveu com catástrofes.

O SR. MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA - Boa tarde a todos. Eu gostaria de saudar a Mesa por meio da Deputada Perpétua Almeida e saudar todos do plenário.

Eu gostaria de iniciar, Deputada, dizendo que o nome da cidade de Quebrangulo, esse nome estranho, é de origem de um dialeto africano, já que, em nosso Município, nós tínhamos um quilombo remanescente do Quilombo dos Palmares. Fala-se na destruição do Quilombo dos Palmares; na realidade, Palmares não foi destruído, foi dividido, e Quebrangulo é um desses filhos do Quilombo dos Palmares.

Nós estamos localizados no centro-norte do Estado de Alagoas, somos o primeiro Município da Bacia do Paraíba do Meio. Esse rio corta o Estado de Alagoas, passa por 8 cidades e sua bacia faz limite com a Bacia do Rio Mundaú. São as duas grandes bacias que cortam o Estado de Alagoas e que têm um



histórico de enchentes de mais de 100 anos. Todas as cidades localizadas às margens desses rios passam por esse histórico de enchentes. Inclusive a cidade de Viçosa, terra natal do Menestrel das Alagoas, tem sua origem em uma enchente. Foi construída uma igreja naquele local, porque o padre que se dirigia à minha cidade de Quebrangulo não conseguiu passar por conta da cheia do Paraíba do Meio. E assim foi fundada a cidade de Viçosa. Esse fato data do ano de 1801, para os senhores terem ideia do que estamos falando aqui em termos de enchentes em nossa região.

Então, convivi com enchente desde a minha infância e tive oportunidade de ser Prefeito de minha cidade por quatro vezes. Fui Prefeito aos 22 anos de idade e, agora, aos 51 anos. Durante esse meio tempo, fui Prefeito mais duas vezes e enfrentei duas grandes enchentes. Pensamos que a enchente de 1989 fosse a maior. Dizíamos em nosso Município que tudo tinha se acabado, que a cidade tinha sido destruída e não achávamos que seria possível sair daquela situação. Mas, para nossa surpresa, com recursos próprios e uma emenda parlamentar, nós alargamos o rio no centro da cidade e saímos de uma faixa de 27 metros para 54 metros, o dobro da largura, já que todos os engenheiros mostravam que havia um estrangulamento do rio no centro da cidade. Passamos 21 anos sem sofrer nenhuma grande cheia. Tínhamos cheia a cada 2 anos, mas nada se compara ao que aconteceu agora em 2011. Com uma tromba d'água nas nascentes do Rio Paraíba, em Pernambuco, nós tivemos então o que eu chamo de última grande cheia, historicamente a maior cheia pela qual a nossa região passou.

Durante esse período, o que eu posso reportar ainda em termos de história? O PNUD, programa das Nações Unidas, na década de 1980, fez um projeto para a região do Paraíba e da Bacia do Mundaú, em que foram concebidas algumas barragens secas para regularizar a vazão desses rios que secam, durante a seca, trazendo sérios problemas e, durante o inverno, enchem e trazem a enchente. Então, essa barragem seria a salvação dos nossos Municípios. Para espanto de todos, essas barragens foram projetadas na década de 1980, há mais de 30 anos, e nunca saíram do papel. Mas eu acredito que seriam a redenção da nossa região. Na década de 1990, pequenas obras de alargamento foram executadas, não só no meu



Município, mas também em outros. No entanto, se mostraram ineficientes diante dessa tragédia.

Ainda no final da década de 1980, foi criada a Associação Nordeste, cuja sede é na Suíça e tem por objetivo a preservação da Mata Atlântica da nossa região. O Município tem uma das maiores reservas de Mata Atlântica do Nordeste, a Reserva Biológica Federal de Pedra Talhada. E essa associação trabalhou com projetos de reconstituição da mata ciliar. Lógico que foram pequenos projetos, com recursos próprios da associação, doações que eles conseguiram. E temos amostras, com mais de 30 anos, de áreas que foram recuperadas. São pequenas áreas que servem para um estudo, ou para um projeto futuro de recomposição dessas matas ciliares e inclusive a recomposição da nossa flora, que tanta falta está fazendo durante esse período.

Como se deu a enchente em si no Município? Foi uma catástrofe, eu nunca tinha passado por situação nem parecida e fiquei surpreso, porque, apesar de ter passado por outras enchentes, eu vi o despreparo no nosso Município, do Governo do Estado — e vimos a mesma coisa em outros Estados — e do Governo Federal. Este País está despreparado nos três âmbitos de Governo para o enfrentamento de calamidades de origem ambiental. E eu vou explicar o porquê. Não existe um só programa para esse enfrentamento. O rio sobe e simplesmente não há como saber se vai haver uma tragédia e por quê? Porque não existe monitoramento dessas bacias, simplesmente a população fica por sua própria conta e risco. O socorro que eu recebi foi de uma viatura do corpo de bombeiros, que muito pouco pôde fazer. Eram 4 ou 5 bombeiros que muito pouco puderam fazer.

Não tivemos nenhum óbito em nossa cidade, graças ao fato de a enchente ter iniciado às 2 horas da tarde e a população já ter familiaridade com as enchentes. Mas o que aconteceu? Num primeiro momento, perdemos 50% de todas as construções da cidade, porque foram inundadas, todo o comércio local, todas as escolas, as sete Secretarias do Município. Sobrou somente a Prefeitura, o gabinete do Prefeito, onde montamos o quartel general para administrar a situação às 3 horas da manhã. Eu sabia que o Município ia ficar desabastecido. Fui a Maceió, procurei o Exército, às 6 horas da manhã eu estava no Comando do Exército em Maceió, onde me disseram que não podiam se deslocar e nem mandar ninguém, porque era



preciso ordem superior. Então, fiquei aguardando. Entrei em contato com o Governador, que me pediu que eu voltasse para a cidade e fosse dando encaminhamento. E fiquei na minha cidade. Providenciei logo na Capital a compra de 2.500 cestas básicas, porque eu sei que a coisa é vagarosa. Entrei em contato com a Caritas, da igreja católica, e foi o que nos chegou de apoio. Transformamos a igreja local numa central de recepção e de distribuição de alimentos, e tivemos ajuda da igreja católica da cidade vizinha e depois dos evangélicos, que chegaram também.

E digo aos senhores...(Pausa.) (O orador se emociona.) Essas lembranças não são nada boas.

O meu Município foi o primeiro a ser atingido. Nenhum outro Município tinha sido atingido ainda. Então, o Governo do Estado e o Governo Federal tinham condições totais para se mobilizar e socorrer o Município. Eu quero dar esse depoimento aqui para mostrar o despreparo total das nossas instituições.

Vejam como é difícil. Para arranjar 2.500 cestas básicas não basta mandar carregar no caminhão. Eu fui conversar com o representante do supermercado e ele me disse: *“Eu tenho de preparar, ensacar, colocar gente para preparar isso, Prefeito. Hoje é domingo e eu só posso fazer isso na segunda-feira.”* Foi quando eu pedi a ele pelo amor de Deus, porque eu não podia ficar com a população desabastecida. Eu disse a ele que até arranjaria pessoas em Maceió para fazer esse serviço, e assim foi feito. Então, não tinha alimentação para a minha população num primeiro momento. A alimentação foi obtida dessa maneira. A empresa que abastece o Município, que fornece alimentos para o Município foi quem se prestou a fazer esse serviço, mas os alimentos só chegaram no domingo à noite. O fato se deu na sexta-feira e os alimentos só chegaram no domingo. E para os senhores terem ideia da gravidade da situação, a feira ocorria no Município aos sábados. Nas cidades do interior, as pessoas deixam para fazer a feira, comprar tudo no sábado. Então, estávamos totalmente desabastecidos.

Transformei o hospital numa cozinha emergencial. Tinha sobrado a cozinha do hospital e começamos a usar o que havia lá para fazer comida para as pessoas. Enfim, foi assim que começamos a trabalhar. As casas que sobraram receberam os



desabrigados e começamos a dividir os alimentos. E assim, com o que sobrou da cidade, foi que tomamos as providências.

Eu iria agora para o segundo ponto. O dia seguinte à enchente. Na semana seguinte, chegou o Exército e depois a Defesa Civil do Estado, mas também totalmente desordenados, sem saberem exatamente o que fazer. Aí, começaram a chegar os donativos. Mas quando os donativos chegam, eles não estão arrumados e temos de atender à população.

Eu vou tentar ser o mais breve possível, mas gostaria de frisar essa experiência. Nós não estamos preparados. A nossa Defesa Civil 15 dias antes tinha feito um treinamento no Município. Apenas 3 departamentos de Defesa Civil no Estado tinham feito esse treinamento e a nossa era uma delas. Mas mesmo com esse treinamento nos sentimos totalmente impotentes e despreparados para a situação. Então, fomos aprendendo à medida que as coisas foram acontecendo.

Passamos essa fase e fomos para a fase da reconstrução. Não existe programa para reconstrução de cidades destruídas, o que se faz é pegar carona nos programas existentes. O Minha Casa, Minha Vida é que está lá reconstruindo as casas. O programa não foi feito para a reconstrução de cidades. Então, há uma série de normas do programa que entram em choque com a situação. O cidadão perdeu a casa, mas recebe 4 salários mínimos. E ele vai ficar sem a casa, porque o programa é limitado a quem recebe até 3 salários mínimos? Então, começam a ocorrer esses conflitos. Por quê? Porque não existe também esse programa.

Em nosso Município foi atingido todo o comércio local. Já há um histórico de o comércio local ser atingido. Então, o que acontece? Eu gostaria que na programação de reconstrução do Município o comércio local da cidade fosse deslocado, ou seja, fossem dados lotes comerciais. Tentei um projeto, mas não há recursos para projetos. Diante dessa calamidade, eu tive de gastar entre 35 mil e 40 mil reais do Município — imaginem os senhores, eu estou falando de um Município de 10 mil habitantes — para naquele momento elaborar um projeto às pressas para tentar fazer alguma coisa ordenada. Fizemos esse projeto, estão sendo construídas as casas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida e não sabemos ainda se a pessoa que receber a casa terá de pagar por ela.



O Presidente Lula esteve lá conosco, deu seu apoio e disse naquela hora: *“Não pode uma família que perdeu sua casa, ter de pagar por uma outra.”* Nós queremos os terrenos das casas que estão em área de risco. Então, nós queremos fazer uma permuta: o cidadão recebe a casa nova num lugar fora de risco e transfere para a Prefeitura o terreno ou o que sobrou, que é o mais lógico. Para quê? Para que possamos utilizar essas áreas de risco e transformá-las em áreas de convívio urbano, onde não tenha habitações e nem construções.

Eu trouxe o projeto para o Ministérios das Cidades, que disse: *“Ótimo, Prefeito. Muito bom o seu projeto. Arranje o dinheiro para indenizar essas áreas todas, que nós vamos conseguir os recursos para os projetos de reurbanização.”* Estamos falando em recursos da ordem de 10 milhões de reais, para um Município com 10 mil habitantes. Mesmo os Municípios que têm 20 mil ou 30 mil habitantes não têm esses recursos. Mas nós entramos numa enchente e vamos sair dela.

E eu gostaria de primeiro parabenizar os senhores pela iniciativa de estarmos agora, com calma, discutindo esse problema, ouvindo o que tem a dizer quem estava lá com o pé na lama, enfrentando os problemas. E, a partir daí, poderemos ter neste País um programa para defender a população da tragédia, para evitar que a tragédia aconteça e para que, diante daquelas que são inevitáveis, saibamos como trabalhar e atuar.

Portanto, inicialmente era essa a contribuição que eu gostaria de trazer para a Comissão. Mais uma vez, quero parabenizá-los pelo esforço e por essa tarefa. Eu acredito que o Brasil inteiro vai agradecer, porque desse trabalho poderão sair programas e projetos consistentes, que nos façam sair da área dos imprevistos. Nós vivemos hoje do imprevisto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Prefeito Marcelo.

De certa forma, seu depoimento não é diferente dos que temos ouvido de vários Prefeitos nas viagens que fizemos por muitos Estados do Brasil. É muito emocionante de sua parte, quando nos relata os fatos, e também de nossa parte, quando o ouvimos.



Estamos elaborando uma proposta inicial a ser apresentada por esta Comissão ao Plenário da Câmara dos Deputados e ao Brasil, na forma de um código de proteção civil, no qual constituamos um marco legal da defesa civil e da proteção civil no Brasil. Inclusive, para que possamos contemplar as preocupações, como as que o senhor está desabafando e abordando com muita precisão porque viveu isso de perto.

Todo o esforço que o nosso Relator e nós estamos fazendo, colhendo sugestões, é no sentido de que, ao final desta proposta, ao se votar o relatório nesta Comissão sobre as nossas andanças e oitivas, possamos também apresentar ao Congresso Nacional uma proposta de legislação regulamentando toda essa situação de defesa civil no Brasil.

Muito obrigada. Depois vão surgir algumas perguntas.

Queria passar a palavra ao Prof. Anderson Fabiano da Cruz Gois, Coordenador de Projetos da Escola Superior de Sustentabilidade do Estado de Sergipe.

O SR. ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS - Boa tarde a todos. Sra. Presidente, Srs. Deputados, primeiro quero saudar o Prefeito. Sou ambientalista e como profissão sou professor de literatura, bem distinto. Portanto, quero saudar Quebrangulo, que é a cidade natal de Graciliano Ramos, um dos maiores escritores do nosso País.

Em 2008 fui candidato a Prefeito de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, e elaborei um plano sobre drenagem urbana, por conta de tudo que vemos passar o nosso País. Diante disso, fui estudar bastante, e cheguei a perceber, como o Prefeito bem colocou, o total despreparo do nosso País para tratar do problema climático, principalmente no que concerne às tragédias. E me aprofundei na questão urbana. Temos no Brasil um déficit absoluto de gestão de drenagem de águas pluviais, e temos um déficit fantástico em nosso País quanto à gestão de esgotamento sanitário. Mais de 50% das catástrofes climáticas do Brasil acontecem por conta da chuva. O nosso País sofre todos os anos com a chuva, e não temos um projeto.



Tardiamente, é bem verdade, o nosso País está avançando. Constituiu um Programa Nacional de Saneamento Básico em 2007 e se está estudando condições para melhoria nesta área.

Um grande problema nosso — e aí seria uma sugestão — é não termos um mapeamento nacional de zoneamento de áreas de risco nas regiões urbanas de nosso País. Temos um problema sério relacionado ao crescimento da Nação. O Brasil tem um déficit habitacional de mais de 6 milhões de residências. Vão crescer as áreas urbanas do nosso País e isso vai gerar um grande problema se não atentarmos para o zoneamento. O que viria a ser o zoneamento? Como se constituir, e como fizemos lá em Aracaju, como estudo?

Como sugestão, Relator, Deputado Glauber, as universidades federais do nosso País e seus Departamentos de Geologia, Engenharia, Geografia deveriam estabelecer estudos, em parceria com o CNPq, SBPC, sobre o zoneamento das cidades.

Outro ponto importante relacionado aos planos diretores. Temos um grave problema em nosso País: as cidades não têm incluído no seu plano diretor relações com inundações, com enchentes. Não temos planos municipais relacionados a isso.

Queria fazer uma observação. Os Estados Unidos, em 1936, elaboraram a sua legislação federal com controle de enchentes e inundações. E os Estados Unidos naquele momento entenderam que criando estruturas gigantescas para comportar a água da chuva seria a melhor solução, e assim fizeram. Segundo dados, os Estados Unidos gastaram, de 1936 até 1966, quase 250 bilhões de reais em estrutura, e estabeleceram, em 1966, um estudo segundo o qual até o ano 2000 seriam gastos quase 1 trilhão, se fosse levado nessa condição. O nosso País está indo assim, sem um programa de prevenção quanto à enchentes e inundações.

Outro grave problema das áreas urbanas são os canais abertos. Em minha cidade, Aracaju, temos 56 quilômetros de canais abertos. Não temos em nosso País um estudo sobre a geomorfologia desses canais; não sabemos profundidade, impermeabilização; não conhecemos a velocidade e profundidade das águas; não sabemos como sai o escoamento dessas águas.

Os canais abertos a princípio são uma solução, mas acabam tornando-se um problema porque não temos um estudo efetivo que mostre como estão sendo



tratados nas nossas cidades, no máximo as Prefeituras fazem uma limpeza e mesmo assim não ordenada, porque é só tirar a lama acumulada no fundo dos canais.

Temos um problema relacionado à arborização. Com impermeabilização do solo na área urbana — asfaltamento, concretos, paralelepípedos — perdemos o escoamento da água para a terra, e não temos mais árvores nas cidades. As árvores funcionam muito bem para poder fazer o filtragem dessa água.

O Brasil precisa de um programa de arborização. Darei outro dado de Aracaju. A Organização Mundial da Saúde estabelece que as áreas urbanas devam ter 16 metros de área verde por habitante. Aracaju hoje vive uma desertificação urbana. Nós temos 0,67% de área verde por habitante, e essa é uma realidade na maior parte do nosso País, uma realidade muito forte.

O problema do lixo e de educação ambiental. Nós temos que preparar as pessoas para entenderem que o lixo é uma solução. Se não houver esse preparo, as nossas crianças e adolescentes continuarão sem dar a devida importância à temática lixo. Coisas simples, pessoal. Você está no carro, chupa uma bala, tira o plástico e joga pela janela do carro. Uma pessoa. Imaginem 200 milhões de brasileiros fazendo isso. Em Aracaju, são 600 mil habitantes. Isso vai para a famosa boca de lobo. Resultado disso: quando há chuva, há enchente.

O despreparo que o nosso País tem para enfrentar a relação com o lixo é muito forte. Prova disso é o próprio Ministério do Meio Ambiente que revelou o seguinte dado: dos nossos 5.564 Municípios, apenas 443 têm programa de coleta seletiva, de educação ambiental. Menos de 10% dos nossos Municípios tem esse programa.

Se não estabelecermos uma política pública urgente para se trabalhar a questão urbana, o nosso País tenderá a um grande gargalo. Temos a questão climática relacionada a furacões, a enchentes, por conta de rios. No interior do País é muito importante tratar disso, mas precisamos de uma política séria e real para tratar da questão urbana.

Todos os anos — o Prefeito falou dos seus 4 mandatos e no outro não teve a quem recorrer —, temos os mesmos problemas, e as soluções estão aí para serem colocadas, mas não temos vontade política.



Vou dar um testemunho político. Em Aracaju há uma região chamada Riacho do Cabral, que corta 2 grandes bairros populosos. A SPU designou que aquela população deveria ser retirada da localidade, por conta da iminência de uma tragédia climática por causa das chuvas. Infelizmente, a ação política foi pela permanência da população em detrimento da iminente possibilidade de uma catástrofe. Tivemos uma grande chuva, não chegamos ao nível de uma catástrofe irreversível, do ponto de vista da vida humana, mas chegou a 1,5m em várias residências naquela localidade.

Programas nacionais relacionados à habitação. Nós temos o Programa de Arrendamento Residencial, que está sendo feito de modo equivocado, porque não se está trabalhando a questão do saneamento ambiental sustentável. Também o exemplo de Aracaju, em uma região chamada Zona de Expansão, no bairro de Aruana, existe a construção de quase 4 mil unidades de habitação. Legal. Tiramos muitas pessoas da condição desfavorável de vida e as colocamos em casas bem construídas, organizadas, bonitas.

Com a primeira chuva, em janeiro de 2007, salvo engano, forte, a Prefeitura teve de deslocar quase toda a população para hotéis, abrigo, porque houve casa que ficou submersa. Então, vejam. Estamos no século XXI, as soluções estão sendo colocadas para tirar pessoas de marginalidade habitacional e colocá-las em casas. Isso é muito bom. Mas o trato com os problemas que as chuvas têm causado é extremamente relevante, e o País tem de atentar para isso.

Acho que era essa a colaboração para o momento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Eu gostaria de agradecer ao Professor Anderson. Temos alguns inscritos e o nosso Relator vai aguardar a fala dos colegas. Estão inscritos os Deputados Ademir Camilo e André Moura.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sra. Presidenta, eu queria aguardar o Prefeito. Portanto, transfiro a minha intervenção para esperar que ele chegue.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Com a palavra o Deputado André Moura.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sra. Presidente, tenho algumas perguntas a fazer ao Prefeito, mas para adiantar vou fazer uma saudação a todos que atenderam ao nosso requerimento. Por enquanto, vou fazer três perguntas ao Professor Anderson Gois e depois, quando o Prefeito chegar, vou fazer uma saudação de agradecimento e também algumas perguntas.

Ao Professor Anderson Gois, para que possamos adiantar os trabalhos aqui na Comissão, eu gostaria de perguntar o seguinte: como fazer o zoneamento para encontrar as áreas de risco? Como adequar arborização urbana com a contenção de cheias? E uma última pergunta: é possível cotizar as empreiteiras que investem em áreas de risco?

São essas as três perguntas. Depois, Sra. Presidente, quando o Prefeito retornar, eu gostaria de fazer também algumas perguntas ao Prefeito de Quebrangulo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Vamos ouvir logo o nosso Vice-Presidente, Deputado Onofre, enquanto aguardamos o nosso Prefeito.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu também quero me dirigir ao Professor, concordar com o que ele disse e fazer uma indagação. Na sua opinião, haja vista que o senhor ter dito ser ambientalista, o senhor não entende que a educação ambiental deveria ser uma matéria curricular para os 1º e 2º graus? Que se deveria começar a ensinar à criança a preservação ambiental ainda lá na escola, e não só na fase adulta?

E a outra pergunta muito importante: qual é a sua opinião quanto à obrigatoriedade dos Municípios brasileiros terem seus planos municipais de saneamento básico? Todos os Municípios, pequenos, médios, grandes, todos eles serem obrigados a fazer seus planos municipais de saneamento básico.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Pois não, Deputado, à vontade.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Só para acrescentar ao Professor também uma pergunta. Primeiro, quero que ele leve o nosso abraço ao Governador Marcelo Déda, que foi nosso colega aqui, grande companheiro, grande Parlamentar, hoje grande Governador.



Mas eu queria que V.Sa. comentasse, se possível, a questão da tentativa de educarmos as pessoas, principalmente as crianças, no que concerne à reciclagem do lixo. Já aprovamos a Lei de Resíduos Sólidos, e por que na prática não existe nada ainda em relação a essa lei? O Governo não está implantando? Há movimentos nesse sentido?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Acho que, na verdade, todas as perguntas foram para ele. Ele responde e depois passo a palavra ao Deputado Ademir Camilo.

O SR. ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS - Sobre o zoneamento, Deputado André Moura, a ideia seria uma relação entre os Ministérios da Educação, das Cidades, do Meio Ambiente, para que as universidades federais tivessem um compromisso, a partir dos seus departamentos de Geologia, Engenharia, Geografia, fazer um estudo e a partir desse estudos dos Municípios das regiões urbanas estabelecer critérios sobre zonas de risco.

Um ponto importante nisso aí seria também fazer uma pesquisa de passado. Por exemplo, ver nos últimos 100 anos como aquela região foi afetada, para que haja uma noção mais ou menos de como ela está.

E aí, aproveitando esse gancho, o senhor falou em cotizar. Foi bem interessante a pergunta, porque os Estados Unidos têm um seguro de área de risco. A partir desses dados das universidades federais para os Municípios — e não sei se será legislação municipal, estadual ou federal — poder-se-ia fazer com as construtoras que tivessem áreas em regiões de risco ou morador comum um seguro, como é feito nos Estados Unidos.

Como é que funciona isso? Estão delimitadas as áreas de risco, eu sou proprietário de uma construtora e vou fazer um condomínio; eu teria que incluir no custo desse condomínio um valor que aquela população que está se colocando à disposição... Seria isso. Ali é uma área em que nos últimos anos o volume pluviométrico foi tanto etc. Se eu aceitar morar naquela região, eu como morador, ao comprar um imóvel, um lote, um apartamento, uma casa, eu pagaria embutido no preço um valor que seria colocado em um fundo para provisões de catástrofes, para prover recursos para as catástrofes, se porventura acontecer. Não é que vai acontecer; se porventura acontecer.



Nos Estados Unidos funciona muito bem. E resolveríamos um outro problema, a questão financeira. O Prefeito colocou bem que faltou dinheiro para poder resolver a condição daquela população. E normalmente quem paga a conta? Se eu tenho um problema de enchente, vamos dizer, em Aracaju, que eu conheço bem, ou aqui em Brasília, na Asa Sul, quem mora na Asa Norte vai pagar também por isso. Logo, quando o indivíduo se coloca à disposição para morar em uma área de risco, por conta do histórico daquela região, ele se comprometeria também a arcar com despesa, com um valor para poder ajudar.

Não sei se consegui responder a sua pergunta, Deputado.

E quanto à arborização, temos que ter um programa sério de arborização no nosso País. A maior parte das zonas urbanas do Brasil vive a calamidade — e aí podemos ir até além da questão climática e de inundações; é questão de saúde pública mesmo. As árvores, as áreas verdes têm uma importância para a saúde extraordinária. As ilhas de calor que são constituídas por conta da ausência de área verde trazem um prejuízo muito grande.

Mas aí tem um outro problema: como encontrar locais para fazer essa arborização? Aí eu entro um pouco na resposta do Deputado Onofre, a questão dos planos diretores da cidade. Primeiro, sim, eu acredito que tenha de ter uma obrigatoriedade. O Estatuto da Cidade já prevê a constituição dos planos diretores dos Municípios. E deveria, dentro desse plano diretor, no código de obras e no código postura urbana, ser trabalhada a questão de arborização. Por exemplo, estacionamentos. Criar um percentual, a partir de um estudo, para que em estacionamentos tenha uma área verde. Canteiros das avenidas. Hoje cada vez menos, para ter vias de rolagem, por conta da mobilidade urbana, tira-se os canteiros para maior flexibilidade no trânsito. Mas também criamos um outro problema, que é justamente a ausência dessas áreas verdes.

Está respondido, Deputado?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Contemplado com as respostas.

O SR. ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS - Quanto à educação ambiental, seria importantíssimo, inclusive, uma relação agora com a Comissão de Educação que está estudando os parâmetros educacionais para o próximo decênio. E se incluir nos PCNs do nosso País a educação ambiental.



Eu sou professor, estou em salas de aula e em escolas. Normalmente as escolas fazem eventos todos os anos — quem é pai sabe disso. Dia da Árvore faz um evento, faz uma ação bonita. O pai chega, dá um tapinha nas costas da Direção: *"Parabéns, escola, pelo Dia da Árvore!"* Dia da Água: *"Parabéns pelo Dia da Água!"*. Faz uma ação de reciclagem de lixo: *"Parabéns por essa ação!"* Semana do Meio Ambiente coloca alguns recipientes para coleta seletiva: metal, plástico. E nós devemos sair dessa ação, meritória, mas esporádica, para uma ação contínua, e incluir como currículo de sala de aula a educação ambiental, desde as séries iniciais até o ensino médio.

Com isso a gente faz com que as pessoas entendam um pouco mais. Hoje nos livros didáticos o que é que nós temos? Normalmente nos livros de Geografia e de Biologia há um pequeno apêndice no final do livro falando sobre questão ambiental. É bem curto, é muito pouco.

E aí passa por um outro problema, Deputado: as Academias devem fomentar na sua grade curricular, na formação dos seus professores, principalmente na área de Geografia e de Biologia, uma matéria de educação ambiental para qualificar o profissional que em sala de aula trataria com crianças e adolescentes sobre isso.

A outra questão é sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Foi aprovado agora em 2010.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputado Simão Sessim, do Rio de Janeiro. Fui eu que fiz a pergunta.

O SR. ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS - Foi V.Exa. que fez a pergunta. Deputado Simão, foi aprovado agora em 2010 o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e concedeu-se o prazo até 2012 para a adequação dos Municípios quanto ao tratamento desse lixo.

Eu, particularmente, como ambientalista, já acho um grande problema ter o aterro como solução. O aterro foi uma solução dada no final do século XVIII. E se fala em aterros controlados. Confesso que eu não entendo o que é um aterro controlado. Para o meio ambiente é terrível.

E a constituição do lixo deve ser tratada de um modo mais sério e com usinas de reciclagem de lixo, para que possamos fazer esse lixo valer dinheiro. Nós estamos perdendo dinheiro. Sabe por quê? Nós produzimos muito lixo. Países como



Estados Unidos, China, Canadá contemplam com crédito de carbono. Então, as usinas de reciclagem de lixo poderiam gerar dividendos financeiros significativos para o nosso País, com títulos, com créditos de países que têm uma produção industrial mais forte do que a nossa e que emitem muito gases poluentes.

Mais alguma pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ainda sobre essa pergunta, qual seria, então, a sua sugestão para o destino final dos resíduos sólidos? No caso depois da reciclagem, é lógico, depois da primeira reciclagem.

O SR. ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS - Nós teríamos, por exemplo: destino final. Depois da reciclagem, lixo orgânico pode virar fertilizante. De repente, a União poderia ter uma parceira com o Ministério da Agricultura para que esse lixo orgânico ao virar fertilizante fosse...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Onde seria depositado? Porque tem uma emergência, retirou tem de levar para lá. Se não fosse aterro...

O SR. ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS - Sim, a princípio o aterro sanitário, a princípio. Mas, que o País contemplasse a ideia de trabalhar a usina de reciclagem de lixo. Primeiro o processo de biocompostagem desse material orgânico, o material inorgânico para reciclagem. Há uma série de ONGs que trabalham com reciclagem, até de modo interessante. Os países da Europa trabalham já com a usina de reciclagem de lixo. Podemos pegar, inclusive, muito material inorgânico e colocá-lo de voltar no mercado — plástico, metal, vidro — e o material orgânico ser funcional, por exemplo, para a agricultura familiar, com subsídio do Governo Federal.

Faltou alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sobre o Plano Municipal de Saneamento.

O SR. ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS - O Governo Federal, a Câmara dos Deputados aprovou o Plano Nacional de Saneamento Básico, porém os Municípios não têm essa responsabilidade direta na construção. Normalmente, fica muito a cargo das emendas parlamentares para se fazer canalização, para se fazer dutos e coisas parecidas nos Municípios.



Quanto a estabelecer uma política municipal, confesso que não sei como seria do ponto de vista da legislação, se o Município poderia gerir sobre isso e não com a aprovação da Câmara, mas estabelecer que os Municípios fossem os responsáveis pela gestão do saneamento básico e que houvesse metas.

Porém, esbarramos em um grande um problema. Comumente se fala, no meio político, que o que está abaixo da terra o povo não vê e não dá voto. Esse é um problema que nós temos no processo eleitoral e talvez muitos Prefeitos do nosso País não tenham a disposição para gastar o dinheiro com saneamento básico, quando poderia fazer alguma obra que lhe revertesse votos nas eleições vindouras.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Professor.

Vamos continuar com a lista de inscrições. Está inscrito o Deputado Ademir Camilo. Na verdade, S.Exa. tinha a palavra em primeiro lugar, mas estava esperando o Prefeito chegar.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sra. Presidente, Sr. Relator, eu queria cumprimentá-los. Retornando aí o segundo semestre, tenho certeza de que será de intensa atividade. Possivelmente teremos como fruto algo importante para este País.

Eu queria cumprimentar, de uma forma sincera e elogiosa, o Prefeito. Primeiro, por reconhecer que 15 dias antes do evento teve uma reciclagem, mesmo assim ficou totalmente impotente, ou, poder-se-ia dizer, quase que inerte diante de um problema tão grave, e por reconhecer a falha, o que por si só já engrandece a pessoa. Então, Prefeito, eu queria aqui cumprimentá-lo.

E quero também cumprimentá-lo por duas sugestões importantes. A primeira é quanto ao Programa Minha Casa, Minha Vida ter um braço, ter uma discussão ou ter uma inovação, quando se fala em reconstrução de área atingida, de perda de moradia.

Outro ponto: eu queria que o senhor detalhasse um pouco mais — também acho que é uma contribuição importante — a permuta, a devolução, a entrega do terreno de risco. E estas audiências estão servindo como base para se propor algo de legislação para o País. Então, eu queria que o senhor comentasse sobre o



projeto que encaminhou ao Ministério das Cidades, no que diz respeito à permuta, devolução, entrega; enfim, o que o senhor encaminhou para o Ministério.

Por fim, me dirijo ao Sr. Francisco Carneiro. O que eu entendi foi que o Ministério tem um convênio, um contrato com o INPE e com o Ministério de Ciências e Tecnologia para desenvolver o Sistema de Alerta Precoce.

Os índices que se buscam, essa modelagem está a cargo de quem? do INPE ou do Ministério? Quem está coordenando o processo, já que eu entendi que o Ministério está fazendo esse tipo de contrato e talvez seja interessante a gente ter aqui as pessoas que estão mexendo com esse Sistema de Alerta Precoce de Secas, como nós temos o das chuvas. Já passamos por diversos lugares e eu tenho interesse em estudar mais esse Sistema de Alerta Precoce de Secas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Ademir Camilo.

Nosso Relator vai fazer algumas perguntas.

Eu só queria lembrar aos colegas da Comissão que está marcado para os dias 10 e 11 o nosso Seminário Nacional sobre Defesa Civil e Proteção Civil. É o primeiro seminário que a Câmara realiza com essa pauta. Estamos fechando apenas os convidados. Já está agendado o Governador de Pernambuco, inclusive para fazer relatos sobre os acontecimentos daquela região, e estamos agendando os outros. Está acertada a Universidade de Santa Catarina, com o nosso professor lá do CEPED, e o simulado que nós vamos fazer na Casa. Já conversamos com o Presidente da Câmara, e ele achou uma ideia bem interessante para chamar a atenção dos servidores, do Parlamento, sobre esse debate, sobre essa questão. Está faltando só definir a data, porque nós estamos trabalhando e combinando com a Secretaria Nacional de Defesa Civil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Aí a gente não realiza esse seminário porque nós vamos ter que evacuar pessoas inclusive da Casa, porque é um simulado, não tem jeito.

Temos ainda três viagens que a Comissão precisa fazer — vamos passar as datas, estamos agendando isso —, que seria a São Paulo, sobre o debate da



questão da drenagem em São Paulo; a Angra dos Reis, porque acho necessário a gente não fechar relatório sobre aquele quadro das usinas. Há uma preocupação de estudiosos, do pessoal que mora naquela região, sobre a questão das usinas, com o seu nível de segurança, não da usina em si, mas do que a cerca, de toda a questão que cerca as usinas; e ainda, uma viagem a Manaus, até para a gente discutir a questão cheias, secas, a produção inclusive. E deve ser em Manaus porque é lá que está situado o SIPAM.

E estamos pedindo também um estudo, no Ministério da Agricultura, sobre os prejuízos das safras nesses períodos de muita chuva ou de grandes catástrofes e da questão das secas também.

Então, antes de fechar o relatório, nós temos que fazer essas ações aqui.

Com a palavra o nosso Relator, Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sra. Presidenta, eu vou ser bem objetivo aqui com os nossos convidados e com os nossos colegas, primeiro, fazendo a pergunta que é de praxe a todos os convidados que participam das nossas audiências públicas. Temos uma tarefa até o final do ano, que é a formatação de um código nacional de proteção civil. Os senhores gostariam de ressaltar algum ponto que fosse interessante para ser incluído nesse relatório?

Algumas observações e sugestões já foram feitas aqui, mas essa lei vai ter a a responsabilidade de fazer a divisão de tarefas entre os agentes. No caso de uma tragédia, de uma calamidade pública, qual é a tarefa do Município, do Estado, do Governo Federal? A participação no Sistema Nacional de Defesa Civil? Então, esse é o primeiro questionamento que eu faço a todos.

Depois, eu queria fazer uma pergunta ao Prefeito. Seria fácil fazer essa pergunta, Prefeito, por exemplo, a um representante do Ministério Público. Mas queremos ter a oportunidade também de ouvir o outro lado, ouvir quem tem a responsabilidade de coordenar a ocupação do solo nos Municípios. Qual a opinião do senhor sobre a responsabilização dos agentes públicos, no caso, Prefeitos Municipais ou Governadores de Estado que, porventura, não tomem medidas na ocupação de áreas de risco ou sejam lenientes com a ocupação de áreas que, claramente, sejam de risco? Essa é uma pergunta que eu queria fazer ao senhor



porque esse tema é muito debatido. De vez em quando, aparece na Comissão. E a gente quer ter a oportunidade de ouvir também qual é a posição dos Prefeitos.

Uma última pergunta eu queria fazer ao professor. Diz respeito...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Glauber, só para você repetir essa segunda...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Claro. A discussão é sobre a responsabilização dos agentes públicos, no caso dos prefeitos municipais, que não tomam medidas e, em determinados momentos, até incentivam a ocupação em áreas que sejam consideradas de risco; ou que não tomam medidas eficazes, quando têm a possibilidade de fazê-lo, naquelas áreas especificamente que são de risco e que passam a ser ocupadas com projetos incentivados pelas próprias Prefeituras, ou pelos Vereadores, ou pelo próprio Governo Estadual. A pergunta é exatamente esta: qual é a opinião do Prefeito sobre a responsabilização civil ou até criminal dos agentes públicos que não tomam medidas restritivas nesse sentido? Deixando claro que não estou fazendo julgamento de mérito, no momento em que faço a pergunta. É, realmente, para poder ter a opinião do Prefeito.

E uma última pergunta que eu queria fazer ao Prof. Anderson diz respeito aos seguros das áreas que são consideradas de risco. Numa situação como a brasileira, em que há a ocupação das áreas de risco normalmente por aquelas famílias que são consideradas as mais pobres, a colocação de um percentual a mais nas construções, incidente sobre o que vai pagar o morador, não estaria penalizando essa pessoa? Isso no caso de não ser o pagamento do seguro assumido pelo poder público, que concede a possibilidade da construção naquela área. Isso não estaria penalizando, mais uma vez, aquelas pessoas que, historicamente, já foram deslocadas para as áreas que não são consideradas as mais nobres?

A minha pergunta é a seguinte: um determinado grupo de pessoas, através de um condomínio, vai se instalar em uma área de risco. As áreas nobres do País e das grandes cidades, das metrópoles, já foram ocupadas por aqueles que, historicamente, tiveram mais recursos. Quando se coloca no seguro a responsabilidade para o morador, para aquela pessoa que, efetivamente, vai ocupar essa área, não se está penalizando, mais uma vez, aqueles que historicamente já foram penalizados e deslocados para as áreas que são consideradas de risco? A



pergunta é: não seria mais interessante os próprios governos, que fazem a autorização da construção nessas áreas que são consideradas de risco, de alguma forma, assumirem esses seguros? Tivemos acesso a algumas experiências internacionais que funcionam dessa forma. É essa a pergunta que eu queria fazer para os senhores.

O SR. ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS - A questão do seguro.

Os planos diretores, com os seus códigos de obra, normalmente — pelo menos os que eu pesquisei e os que eu li, de São Paulo, de Aracaju, que está sendo estudado na Câmara Municipal, de Recife, de Salvador —, não trazem referência alguma à ocupação de áreas de risco. De um modo geral, não há esse fator.

Melhor seria que se conseguisse a condição de moradia em áreas que não fossem de risco, obviamente. Havendo a necessidade da construção de residências em áreas de risco, se a família for pobre, obviamente, o Governo poderia subsidiá-la dentro de um programa nacional a ser criado. Mas, nesse caso, em particular, onde mais se ocupou? Primeiro, a ocupação irregular, o crescimento populacional tem que ser evitado mesmo, por conta do meio ambiente, por uma série de fatores. Mas as ocupações regulares, que normalmente estão associadas às construtoras... Às vezes, um proprietário de um grande terreno vê ali uma possibilidade de ganhos; solicita a autorização de um órgão ambiental, que libera; a Prefeitura libera; e, devagar, ele faz um loteamento.

Se, porventura, esse loteamento estiver em uma região de risco, a primeira providência seria medir a capacidade de endividamento da família que comprou aquilo, se ela tem como arcar com essa despesa. Se for de fato, uma família muito pobre, em uma região muito pobre, que a pessoa não tenha condição de pagar, que se estude uma medida para que o Governo subsidie isso.

De um modo bem claro, hoje — você falou das áreas nobres — está acontecendo um fenômeno imobiliário em todo o País: um crescimento extraordinário de áreas que não eram tão nobres e que estão se tornando nobres por conta do tipo de construção que se está fazendo. Aí, sim, as pessoas que têm condições de comprar imóveis por um valor alto teriam que arcar com essa responsabilidade. Mas, volto a dizer, melhor seria que nós não ocupássemos as áreas de risco, para evitar problemas no futuro.



Eu tenho um dado aqui de Blumenau sobre intervalos sem inundação. O maior intervalo é de 17 anos sem inundação, 17 anos. Ocupou-se a área, e o resultado disso foi que 7% do valor do PIB do Município de Blumenau foi o custo para prestar socorro às famílias que sofreram com isso. Foram 17 anos sem nenhum problema, mas veio o problema, porque, naquela região, havia uma incidência, não comum, mas de inundações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini?) - O senhor quer complementar, professor?

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO - Quero.

Uma coisa que é importante: se, de fato, adotássemos uma política de macrozoneamento em que o uso do território fosse estabelecido em cima da sua vocação, talvez não tivéssemos que discutir a questão do comportamento de risco. Porque o que temos são reflexos. Como eu vou ocupar, com uma população, uma área de risco? Eu já estou dizendo que vai haver um problema. Então, não pode ser ocupada, em princípio.

O zoneamento feito em suas diversas escalas e utilizado pelos órgãos públicos nas escalas federal, estadual e municipal, pode ser a grande ferramenta da gestão ambiental em seu sentido mais amplo.

Pautando exemplos: esse desastre que aconteceu, recentemente, entre Alagoas e Pernambuco. Historicamente, essa chuva já aconteceu. O que não aconteceu foi essa chuva numa situação de uso e ocupação nas condições atuais. Por isso, veio o desastre. Então, a questão é: como a gente está ocupando o território?

E queria chamar a atenção para a necessidade de se associar a essa questão do risco ou talvez a esse esforço desse código nacional a obrigatoriedade de haver esse instrumento de zoneamento ecológico e econômico, porque é ele que vai dar a base para o desenvolvimento do País com sustentabilidade. Porque a natureza, quando ela responde, o homem não tem força para ela.

O Prefeito deu um depoimento. Eu sou do Recife, a já passamos por essa situação de inundação. O homem é completamente impotente frente à natureza. Então, a melhor forma é estudar, em cima das vocações naturais, como ocupar. E



isso é o zoneamento ecológico e econômico com os seus recortes, com as suas ferramentas apropriadas.

Para se ter uma ideia, em termos de dificuldade, nós temos três ambientes de medição do comportamento marítimo para dar informação para um planejamento da zona costeira brasileira. Então, isso nos deixa numa condição de vulnerabilidade.

E um outro ponto que eu acho importante e faz parte de uma luta muito grande por parte dos movimentos sociais, dentro dessa questão do zoneamento ecológico e econômico, é termos, de fato, uma transição na mudança do nosso sistema de produção. E aí também estamos focando no Ministério, com base em um princípio agroecológico, porque existe o respeito pela natureza, de modo geral, não no seu sentido de intocabilidade, mas de um modelo de produção que de fato tenha sustentabilidade e garanta alimentos neste momento e no futuro.

E aí uma coisa importantíssima para as condições de risco é assegurarmos aquelas sementes, ou da raça animal ou vegetal, que já estão adaptadas a certas questões. No caso específico do semiárido, existem já adaptações, que se chamam sementes crioulas, gado crioulo; se houver um aumento de temperatura, esse animal ou essa semente, embora em termos de produção responda menos do que uma semente extremamente melhorada, mas em termos de adaptação, ela é que vai dar a segurança alimentar ao rebanho, porque ela vai viver. Um exemplo: o carneiro deslanado é uma adaptação de uma raça ao semiárido. Essa raça tem muito mais condições de se adaptar a um processo de mudança para uma temperatura mais quente do que as que estão muito focadas só na produção.

Então, isso também é uma questão de comportamento de risco, não podemos abrir mão dessas sementes, e às vezes, pela questão tecnológica, pela questão da produção, da maximização da produção, vamos desperdiçar em potencial genético.

Respondendo à pergunta do Deputado, diria que, em relação a esse sistema de alerta precoce, aos seus índices e critérios de avaliação, a coordenação é do Ministério do Meio Ambiente, a parte técnica está sendo trabalhada pelo pessoal do INPE, por conta das ferramentas e da própria natureza do INPE. Agora vai haver uma interação com a Comissão Nacional de Combate à Desertificação, que tem uma representação, se não me engano, de 44 espaços bem diversificados com a



sociedade, com vários órgãos públicos para avaliar exatamente que tipo de critérios vão ser utilizados nessa modelagem.

Para finalizar, mais uma vez gostaria de parabenizar a Câmara e agradecê-la por esse esforço. Acho que temos uma oportunidade grande de reforçar essa questão de ter esse zoneamento como um pano de fundo, justamente para evitar que não haja assentamentos humanos e atividades de produção em áreas que vão ter de fato potencialmente problemas no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Antes de passar a palavra ao Sr. Prefeito Marcelo, queremos resgatar o direito do Deputado André Moura, que foi interrompido nas suas palavras iniciais.

Com a palavra o Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, primeiro, agradeço pelo atendimento do nosso requerimento que convidou o Prof. Anderson Góes e o Prefeito Marcelo para estarem aqui nesta Comissão trazendo suas experiências e seus conhecimentos, e ao Prefeito, que bem colocou a questão das dificuldades que têm os Municípios para poder receber a ajuda necessária por parte do Governo Estadual e do Governo Federal e aqui falou bem da questão de projetos que já existem desde a década de 1980. Com certeza poderiam ter sido evitados os problemas, como o que ocorreu em Quebrangulo, projetos esses de construção de barragens que infelizmente não saíram do papel e que, se a obra tivesse sido executada, com certeza, o custo hoje seria talvez bem menor do que para a reconstrução da cidade.

E quantos problemas de enchente não já ocorreram no Município de Quebrangulo, da década de 1980 para cá, que poderiam ter sido evitados com a construção das barragens? Pequenas obras, obras paliativas não resolvem o problema, tanto é que ocorreu o que ocorreu no Município.

Então, há dificuldade. Até pelo próprio pronunciamento do Prefeito, o socorro, por exemplo, chegou, o Prefeito colocou aí uma viatura dos Bombeiros com quatro ou cinco homens em um Município que teve 50% das suas casas totalmente destruídas, o comércio destruído, as secretarias municipais, as escolas municipais. E a ajuda chegou primeiro da Cáritas, da Igreja Católica, das igrejas evangélicas do que até mesmo poder público. E aí temos que chamar atenção, é a nossa iniciativa,



porque já ouvimos nesta Comissão depoimento de Prefeitos de outros Municípios, principalmente das Regiões Sul e Sudeste do País, exatamente, Prefeito Marcelo Ricardo, para podermos comparar. Não é dar assistência, dar ajuda. De que maneira o Governo Federal age em um Município do Nordeste do País se comparado com o mesmo tipo de ação que o Governo Federal desenvolve em algum outro Município das Regiões Sul e Sudeste que tenham tido problemas idênticos ao que ocorreu em Quebrangulo?

Então, eu gostaria, rapidamente, que o senhor pontuasse para que pudéssemos ter conhecimento desse tipo de tratamento, em especial do seu Município. O senhor falou em 50% das casas destruídas. Já temos aí alguns anos do ocorrido. Quantas casas já estão prontas? Quantas famílias já foram socorridas? Quantas famílias já estão morando em uma residência digna e quantas ainda estão alojadas, recebendo assistência da Prefeitura? E estão recebendo assistência do Governo Federal do período para cá?

Da mesma maneira, gostaria que o senhor pontuasse a questão das escolas. Quantas escolas foram danificadas pelas enchentes? Quantas dessas escolas receberam apoio do Governo Federal? E os órgãos públicos, as praças, as ruas? Enfim, gostaria que o senhor pontuasse rapidamente para que pudéssemos ter uma noção. O Município, pelo que o senhor disse, deve viver basicamente do FPM e do ICMS, não deve ter receita de *royalties*, seja do petróleo, seja das mineradoras, seja das empresas de energia elétrica, vive as dificuldades que vivem os Municípios brasileiros como um todo, necessitando sempre estar com a cuia na mão atrás das emendas parlamentares e da ajuda do Governo Federal. De que maneira efetiva o Governo Federal ajudou o seu Município, do momento da enchente até os dias de hoje?

No mais, agradeço pela presença ao Prefeito, ao Prof. Anderson Gois, ao Prof. Francisco, que vieram, com certeza, enriquecer ainda mais o conhecimento de todos nós que fazemos parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O Deputado André refere-se à questão do recurso federal. Gostaria de saber se também houve recurso estadual, Prefeito.



Antes de passar a palavra ao Prefeito, gostaria de perguntar ao nosso companheiro Jordão, sempre tão bem acompanhado, se quer fazer uso da palavra agora ou só na votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Com a palavra o Prefeito Marcelo Ricardo.

O SR. MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA - Eu gostaria de passar-lhes alguns dados para que tenham ideia do tamanho da catástrofe ocorrida no meu Município, apesar de ser um Município pequeno — a população da cidade é de 7 mil habitantes e, na zona rural, em torno de 4 mil habitantes, totalizando 11 mil habitantes. A avaliação dos danos ocorridos no Município foi elaborada pela Defesa Civil do Rio de Janeiro, juntamente com o Corpo de Bombeiros. Foi calculado em torno de 120 milhões de reais o prejuízo de um único Município.

Gostaria de dizer que falo em meu nome e em nome de mais 19 Municípios, já que fui eleito representante dos Prefeitos das 19 cidades atingidas e faço parte também da direção da Associação dos Municípios Alagoanos.

Mas nós temos três perguntas. Gostaria de responder a todas. A primeira é do Deputado Ademir Camilo. Ele pergunta como foi esse projeto que foi enviado ao Ministério das Cidades. Na realidade, Deputado, o Ministério das Cidades abriu uma proposta para o PAC 2. E nós tentamos, por meio do PAC 2, alavancar recursos para reconstruir a nossa cidade em um local mais alto. Chegamos lá com esse projeto.

Só que o PAC 2, na realidade, não foi feito, não foi moldado, preparado para atender à minha situação de catástrofe. Ele foi feito para atender a situações de habitações do tipo favela. Ele foi concebido para atender a interesse social. Então, depois do meu projeto todo pronto, não foi aprovado porque ele não atendia ao programa. Essa é a nossa dificuldade. Ficamos pegando carona nos programas, não há um programa voltado para essas cidades. Essas cidades estão “órfãs”, vamos dizer assim, de programas. Na verdade, estamos fazendo algumas gambiarras. É isso o que está acontecendo.

Com relação às casas, à questão da permuta, os Prefeitos se sentem como moscas de tiro ao alvo, recebendo tiro do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, do Ministério do Trabalho. Eu nem sabia aonde isso havia chegado. A cidade passa a estar na mídia todo dia e todo mundo quer ir lá. E o sujeito que vai



lá não sabe o que você está passando. Então, é TAC todos os dias. Daqui a pouco falaremos sobre isso.

Na nossa cidade, 50% das casas foram inundadas. Logo, 50% da cidade é área de risco. Aí vem o Ministério Público e pergunta o que fizemos. Eu vou fazer o quê? Retirar 3.500 habitantes da cidade? Eu vou dizer: “*Olha, vão embora, arrumem um canto e quando eu tiver casa, todo mundo volta*”? Não é assim. Eu mesmo sou um dos atingidos. A minha casa deu 2 metros e meio de água. Então, se há algum crime, eu fui o primeiro a cometer esse crime, porque fui o primeiro a levantar o muro da minha casa, limpar a lama, colocar as portas que as cheias tinham arrancado e ir para dentro da minha casa. Eu iria para onde? Fiquei morando num hotel na cidade vizinha durante a primeira semana. Na segunda semana, fui para a casa de um tio que já havia limpado a sua casa. É preciso analisar o que acontece. Não é que as casas foram todas destruídas, caíram e nós as reconstruímos. O que ocorre, de fato, é o seguinte: a cheia vem, vai inundando devagar e enche tudo. As casas que não têm laje, quando começam a secar, secam rápido; quando secam rapidamente, é como se virassem caixas d’água. A água do lado de fora sai, e fica a água do lado de dentro. O que acontece? As paredes não aguentam o peso e se rompem. Aí cai a parede da frente, cai a parede do fundo. Nas casas mais fracas, caem todas. E aí vocês verão nas fotografias que há ruas inteiras em que todas as casas foram inundadas e aqui e acolá há uma que só ficou o chão. Aí o cidadão vai fazer o quê? Eu iria fazer o quê? Primeira coisa: todo mundo foi para escola, ginásio de esporte, abrigo da igreja, casa de compadre, de parente, isso e aquilo. Vem o Governo do Estado e decide colocar o povo em barracas. E mandaram para lá uma série de barracas.

Olha, até hoje não foram concluídos ainda o banheiro e a lavanderia em muitas cidades. Em Santana do Mundaú, até 2 meses atrás não tinham sido concluídos. Enquanto o Governo estava preparando o acampamento, eu estava arranjando um jeito de resolver o problema dessas famílias. Criamos logo o tal do aluguel social: o sujeito coloca o filho ou o genro em casa e a Prefeitura se compromete a lhe dar um aluguel social. Eu achando que o negócio era ligeiro. Cem reais, 150, para ajudar o camarada a pagar as contas de água e luz. E aí todo mundo arranjou lugar para ficar. Tanto que, na minha cidade, rapidamente não



existia mais ninguém em escola, porque eu tirei todo mundo das escolas para começarem as aulas. Lá em Quebrangulo perdemos em torno de 15 a 20 dias de aula. Só. Rapidamente as pessoas foram saindo da escola. Aí as pessoas começaram a levantar uma parede, a colocar uma porta em suas casas. E o Prefeito iria impedir as pessoas de fazerem isso?

Há áreas que foram totalmente devastadas. Nessas áreas nós não permitimos construções. Alugamos casas para essas pessoas. Na cidade, não sei como, muita gente saiu, foi morar no sítio; outras foram morar na cidade vizinha. Eu sei que em Quebrangulo, hoje, a Prefeitura está mantendo 150 famílias desde novembro passado. Por quê? Porque o dinheiro só chegou lá até novembro. Terminou novembro, disseram que não havia mais dinheiro. Aí a Prefeitura criou um programa que teve de assumir.

Então, tenho hoje uma despesa mensal, que não existia antes da enchente, em torno de 50 mil reais. Só para vocês terem uma ideia do tamanho disso no nosso orçamento, minha segunda receita é o ICMS do Estado, eu recebo em torno de 120 mil. Então, 50 mil eu comprometi somente para atender a essas famílias. Foi uma fórmula boa, porque lá não tem negócio de barraca nem coisa nenhuma. E está lá. As famílias estão assim.

Então, reconstrução: eu vim brigar com o pessoal. *“Meu amigo, e a reconstrução?” “Prefeito, quem está reconstruindo é o Governo Federal, com você.” “Você está reconstruindo ali uma ponte que já caiu três vezes.” “E você está gastando o dinheiro da gente reconstruindo.”* O meu, não, o meu é meu. O cara ainda vem com essa.

Ou seja, a estrada foi destruída. Nós a estamos reconstruindo no mesmo lugar. O calçamento foi destruído. Nós o estamos reconstruindo no mesmo lugar. A ponte foi destruída. Nós a estamos construindo no mesmo lugar. Então, o cidadão diz o seguinte: *“Espera aí, se vocês estão fazendo tudo no mesmo lugar, por que a minha casa tem que ser num lugar diferente?”* Começa a confusão daí.

Outra questão. Nós desapropriamos lá uma área de 100 hectares. O que eu queria? Fiz um projeto, contratei um escritório de arquitetura, recebi algumas doações de trabalho, profissionais da cidade, arquitetos, engenheiros que se propuseram a trabalhar de graça para o Município. Eles elaboraram um projeto que



era a coisa mais linda do mundo. Como era o projeto? Terrenos com 300 metros quadrados para colocar moradias do projeto Minha Casa, Minha Vida. Terrenos com 200 metros quadrados. E o cidadão iria receber uma casa do Minha Casa, Minha Vida num terreno proporcional a pelo menos o que ele tinha. O cidadão tinha um terreno de 400 metros quadrados. Como é que eu vou conseguir colocá-lo agora dentro de um terreno de 126 metros quadrados? O cidadão tinha uma casa, com a família, com cinco quartos. Como é que eu vou colocá-lo agora dentro de uma casa com dois quartos? E a dele está lá na área de risco. Basta ele levantar uma parede que ele está dentro de casa. E é isso que eles estão fazendo. Aí vem para cima da gente o Ministério Público. O que o senhor quer que eu faça? Decreto? Já fiz. Está proibido e quem o fizer será por sua conta e risco. Mas ficamos impotentes. Não há como se enfrentar isso. Por quê? Porque não há um programa voltado para isso. Estamos vivendo de gambiarras. Estamos aproveitando alguma coisa para dar uma solução ao problema. E soluções aproveitadas são falhas.

Então, vejamos bem: *“O senhor mora em uma casa com 300 metros quadrados de área. A opção que o senhor tem para sair da área de risco é ir para um terreno de 126 metros”*. É fácil? Trata-se de uma população que já tem histórico de enchentes. Muitos chegam e dizem assim: *“Não estou ligando”*. *“Eu tirei...”* Eles já sabem. Não é que vão perder tudo. Há muita gente que até ri da situação. O cara tira a geladeira, tira o fogão, tira uma cama e diz: *“O resto não prestava mesmo!”*. Entendeu como é? Resultado: é complicado. Só sabe disso quem está lá. É tragicômico.

Um grupo de psicólogos foi lá andar na cidade e conversar com a população. Realmente, há um monte de gente que endoidou. Agora, chegaram à casa de um cidadão. Ele estava na porta de casa fumando um cigarro. A psicóloga perguntou aonde a água chegou. *“Chegou até aqui.”* E ele lá. *“E o senhor perdeu o quê?”* *“Perdi o que tinha de perder, perdi tudo.”* *“E como está a situação do senhor?”* *“Muito melhor do que antes. Eu nunca tinha visto, na minha vida, uma garrafa de água mineral. Aqui tem um monte. Eu não tinha feira. Tem comida aí para uns 3 meses. Eu não tinha colchão de espuma. Olha o tamanho do colchão que me deram. E roupa, eu estou vestindo o que nunca pensei em vestir na minha vida.”* Vejam que a coisa não é simples.



Então, eu acho que cada cidade atingida teria que ter apoio do Governo do Estado, uma Secretaria específica para elaborar um plano para ver como fazer, porque não é fácil, não. Se me dessem o dinheiro e me dissessem para fazer o terreno do jeito que eu quisesse, as casas do jeito que eu quisesse, da maneira que eu quisesse, eu, que achava a minha cidade a mais feia do mundo, achava que tudo estava errado, na hora em que ela foi semidestruída e eu imaginei que, pelo menos, teria a oportunidade de fazê-la de novo, vi que era encrenca. Se você puxa para cá o comércio, fica longe demais. Se puxa para ali, não dá porque fica perto da água. Não é brincado. A nossa história está ali, são 200 anos. É onde era o cinema em que o cara namorava, era a pracinha, era a casa do avô, do bisavô dele. Há tudo isso no meio dessa situação. Não é uma coisa fria, não é só chegarmos lá, fazermos e acontecermos. A coisa é muito mais complexa. Se pelo menos estivéssemos preparados! Mas não estamos.

Uma outra questão: valor transferido. Foram transferidos 1,2 bilhão de reais para o Estado de Alagoas para o enfrentamento da enchente. Se analisarmos esse valor e analisarmos as barragens do PNUD, veremos que talvez seja muito mais barato construir essas barragens do que gastar dinheiro com enchente a cada 2 anos. Na minha cidade serão reconstruídas cinco pontes. A grande maioria está sendo reconstruída pela segunda vez; outras, pela terceira vez. Já fizemos dois conjuntos habitacionais por causa das enchentes, mas as pessoas continuam nas áreas de risco. Por quê? Porque elas saem da área de risco, mas ficam com o terreno ou com o que sobrou. Como não existe obrigatoriedade de transferência... O Deputado perguntou como era isso. Eu sugeri à Caixa Econômica Federal que obrigasse quem recebeu uma casa nova a devolver seu terreno. Ele não pagará nada pela casa nova, mas perderá a posse da anterior para a Prefeitura. A Caixa disse que não poderia fazer isso porque nas normas do Minha Casa, Minha Vida não existe isso.

Percebem como começa a ficar difícil para a gente? O que vai acontecer? O cidadão ganhará uma casa nova e vai...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

A Prefeitura só pode desapropriar se pagar pelo bem. Ela teria que ter 10 milhões de reais. E ela está tentando se levantar.



Vejam bem, recursos: 1 bilhão e 200 milhões de reais para o Estado de Alagoas. Esse dinheiro foi diretamente para o Governo do Estado. Não foi para as Prefeituras.

Fiz uma verdadeira revolução quando os recursos chegaram lá, porque eu não admitia, de maneira nenhuma, que o Estado pudesse receber e o Município que sofreu, que estava lá na ponta, que era quem estava tendo problemas, não tivesse direito a esses recursos. Depois de uma luta grande, o Governo do Estado de Alagoas resolveu liberar 10 milhões para dividir entre 19 cidades. O Estado recebeu 1 bilhão e 200 milhões de reais. Foi o que noticiou a imprensa em tudo quanto é local. Eu estou considerando Minha Casa, Minha Vida, recuperação de estradas vicinais, tudo, enfim. Os recursos dariam mais ou menos isso aí. É só fazer a conta das casas. São 20.000 casas a 41 mil reais. Só isso já dá uma boa quantia.

Então, vejam bem: o que aconteceu no meu Município? Recebemos 100 mil reais de ajuda do Estado em duas parcelas de 50 mil reais. Depois chegaram 300 mil reais para assistência social, mantimento, combustível, transporte, colchões, água, e essa nossa briga com o Governo do Estado trouxe para o meu Município 900 mil reais para serem utilizados na limpeza da cidade, na reconstrução das vias de acesso, as estradas vicinais para chegar até o Município, higienização das áreas e para pagamento de todas as máquinas que estavam no local. Foi utilizado, então, esse valor de 900 mil reais.

Enfim, o dinheiro que chegou para o Município administrar foi 1 milhão e 300 mil reais. É um Município, volto a dizer, de 10.000 habitantes. Foram esses os recursos que chegaram ao Município. Os recursos para as pontes, pavimentação e construção das casas estão nas mãos do Governo do Estado. Aí fica difícil. Como é que se vai alterar os projetos? O Governo do Estado desapropriou o terreno e colocou no nome dele. Quem vai discutir na Caixa? Eu estou lá toda hora participando da discussão. O pessoal do Estado tem aberto espaço para discutirmos, mas, só para vocês terem uma ideia, de certa forma, ficamos um pouco de lado nessas questões.

Na época, o Governo Federal disse que não podia repassar os recursos porque o Município não tinha um Fundo Municipal de Defesa Civil. Eu estava com a Câmara de Vereadores e disse que a Câmara iria se reunir dentro do Palácio e criar



o fundo naquele momento. Se o problema era esse, já seria criado. Reunimo-nos e criamos. Criei conta, criei tudo. Disse que se era essa dificuldade, estava resolvida, mas eles não repassaram os recursos. Eu achei que foi um desrespeito, porque, como ente federado, tínhamos o direito de receber esses recursos. E quem recebesse que fosse responsabilizado pelos recursos.

Essa estória de ficar dizendo que os prefeitos... Vocês vão me desculpar a franqueza, mas o fato de quatro, cinco, dez, 50 Prefeitos terem má gestão, cometerem atos de improbidade administrativa não é motivo para não repassar os recursos para os demais Municípios.

Somos 5.600 Prefeitos. Se 50 são ruins, representam apenas 1%. Vejam os desgastes que temos todos os dias numa esfera muito menor, numa quantidade muito menor de representantes. Eu acredito que isso não é maneira de se tratar os entes federados. Nós somos tratados assim. Faço aqui essa reclamação.

Por que a dificuldade? Está provado que o melhor gestor ainda é o governo municipal. Quer ver uma coisa? Programa Bolsa Família. É um programa facilíssimo: distribuir dinheiro para o povo. Só funciona porque tem a Prefeitura lá na ponta fazendo isso. Ruim ou bom, ele só funciona com a Prefeitura.

Educação básica da população. Só funciona porque tem o Prefeito. Bom ou ruim, está lá na ponta. Saúde. Então, porque na hora de uma tragédia como essa o Município não é capaz? Eu fui com o Vice-Prefeito e a Câmara de Vereadores. Levei uma chave simbólica e disse ao Governador que se eu não tenho capacidade de receber dinheiro para resolver o problema do meu povo, não tenho capacidade para administrar uma catástrofe. Entreguei a chave ao Governador e disse a ele que ficasse com a Prefeitura e fosse lá resolver a catástrofe. Como é isso? O Governador recebe os recursos, fica com os recursos e eu fico com a catástrofe? Fiz essa zoada e eles resolveram destinar 10 milhões de reais. Quando eles disseram que já tinha sido tudo resolvido, perguntei como ficou. Disseram que estavam indo 10 milhões de reais. Perguntei: *"Para Quebrangulo?"* *"Não, para os 19 Municípios."* Eu estou só mostrando as dificuldades.

Como está a reconstrução? No nosso Município, cadastramos uma por uma. Foram 1.100 casas inundadas, mas só foram cadastradas para reconstrução 769.



Por que 769? Porque o resto era garagem, casa de comércio, enfim, outras unidades, que não foram contempladas.

Como está a reconstrução? Tínhamos uma área com terraplanagem e meio-fio pronta, tudo prontinho, que entregamos para o Governo do Estado. Essas casas deverão estar concluídas em novembro. Em relação às que estão para começar, até agora não foi concluída sequer a fase de terraplanagem. Essas a gente não sabe quando serão construídas. A nossa sorte é que já tínhamos essas.

Estão programadas três escolas para o meu Município. Até agora nenhuma foi iniciada.

O que posso dizer mais? As pontes estão andando muito bem. Uma já foi concluída. São cinco pontes no Município. Uma já foi concluída e as outras encontram-se em fase de conclusão, apesar de estarem sendo construídas no inverno.

Pode-se considerar que 100% da pavimentação já está pronta.

O abastecimento de água foi restabelecido 30 dias após a tragédia. A energia elétrica foi recolocada aproximadamente 20 dias após a tragédia. O serviço de telefonia, entre todos, foi o pior; até hoje, um ano depois da tragédia, não funcionam os telefones fixos e a telefonia móvel funciona precariamente. Isso não é só no meu Município, não. Com relação ao que foi perguntado sobre como está a reconstrução, a situação é essa.

Sobre a assistência às famílias, desde novembro cessou o envio de recursos. Prestamos conta. Não recebemos mais nenhum tostão e, de lá para cá, ficou por conta e risco do Município. Ele está sozinho mantendo esses recursos.

Eram essas as informações que tinha a prestar aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Eu agradeço ao Prefeito Marcelo Ricardo.

Pergunto ao Sr. Relator se está contemplado. Com a permissão da Sra. Presidenta, vou passar a palavra a todos para as considerações finais.

Tem a palavra o Prof. Anderson Fabiano, que está à minha esquerda. Convidamos todos os presentes para participarem do seminário que se realizará nos dias 10 e 11 de setembro.



O SR. ANDERSON FABIANO DA CRUZ GOIS - Parabenizo a Casa pela discussão. Agradeço ao Deputado Federal pelo PSC de Sergipe, André Moura, pelo convite formulado e à Comissão, pela aprovação do meu nome.

Lembro aos senhores a grande importância que esta Comissão tem para o futuro e para o desenvolvimento do País. É uma Comissão de extrema importância, de extrema relevância para, como disse o colega Francisco, pautar claramente um mapa do desenvolvimento urbano e do crescimento do País. Se temos um déficit de 6 milhões de unidades habitacionais e se queremos, como Nação, que o povo brasileiro seja contemplado, temos que criar condições para que sejam todas elas construídas, de modo que no futuro não haja nenhuma dor de cabeça para o povo brasileiro.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Sr. Francisco Carneiro, a quem agradeço pela presença.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO - Gostaria, mais uma vez, de agradecer pelo convite, em nome do Secretário, Dr. Roberto, que não pôde estar presente.

Parabenizo a Câmara dos Deputados por esta iniciativa e reforço que nas questões ambientais — porque o risco está nelas — talvez o mais importante seja trabalhar na prevenção e ver, no caso específico que focamos aqui, se o zoneamento passa a ser um instrumento balizador do processo de licenciamento, porque isso também pode ser uma forma de superação desse conflito representado pela expressão “licenciamento”. Às vezes o licenciamento é entendido como uma disputa técnica entre um empreendimento e o Estado, seja na esfera federal ou não, e na realidade o licenciamento deveria ser um processo de qualificação de um empreendimento para, justamente, não incorrer nesse tipo de situação.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Agradeço ao Sr. Francisco, apesar da ausência do Secretário, que foi muito bem representado.

Parabéns.

Passo a palavra, para suas considerações finais, ao Prefeito Marcelo Ricardo.



O SR. MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA - Eu gostaria de agradecer pela oportunidade de poder trazer a nossa experiência a esta Comissão. Lógico, eu gostaria de não ter vindo aqui por esse motivo, mas acredito que é ouvindo as bases, ouvindo quem está nos recantos do País que vamos construir um Brasil realmente para todos.

Portanto, agradeço pela oportunidade. Acho que os senhores estão trabalhando para a posteridade. Por essas ações, muitos vão agradecer por não terem de sofrer o que estamos sofrendo por causa do nosso despreparo.

Acho que o Brasil começa pelo menos a acordar para o problema. Muito obrigado a vocês pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Prefeito, o senhor deixou de se pronunciar sobre a responsabilização — comentou de forma muito genérica — civil e criminal. O Relator quer saber o que o senhor tem a considerar sobre este assunto: responsabilização de prefeitos, de agentes políticos em relação à não verificação das áreas de risco nas diversas unidades federadas municipais.

O SR. MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA - Fizemos um mapa da área da nossa cidade — foi uma decisão nossa — e construímos lá o que chamamos de zonas de risco, ou seja, zonas de risco 1, 2 e 3. O que é isso? Uma casa que tem um palmo de água é área de risco? É um risco epidemiológico, o camarada pode ter algum problema, mas não há o risco de vida, o risco de a casa cair. Porque senão, como eu já lhes disse, teríamos de tirar a cidade toda.

Então, distribuímos a cidade em três áreas de risco. Mas esclareço que ficamos impotentes para responder à altura a pergunta porque não dispomos dos recursos necessários para tanto. Como vou barrar essa população se não tenho a garantia de responder a ela com uma outra casa; se não tenho o poder de fazer uma permuta; se não tenho os recursos para fazer uma desapropriação da área e dizer a ela “*Está aqui o recurso*”?

Alguns prefeitos passaram o trator e hoje o pessoal está começando a cobrar. “*Espera aí, você não podia fazer isso. E o direito de propriedade?*” Tem-se que verificar a questão do IBAMA, que está levantando a questão da APP dentro de uma cidade. O Código Florestal é de 1965. A minha cidade é de 1872. Como vou agora retroagir? Levem isso para São Paulo, para o Tietê. Façam uma área de



preservação permanente, 50 metros para um lado, 50 metros para o outro, dentro da cidade.

Há umas coisas descabidas. As pessoas ficam, num momento como este, querendo contribuir, mas para quem está de fora é difícil. Então, como é que me sinto? Sinto-me impotente para responder à altura ao Ministério Público. Estou fazendo o que é possível. Baixo decreto; na rádio, converso com a população. Formamos agora um comitê para ir conversar com o cidadão para que ele não reconstrua a sua casa. Mas fico impotente para impedir a reconstrução. O cidadão vai dizer: *“Eu vou para a sua casa? Você vai me dar guarida lá?”* *“Não, mas ele está reconstruindo a casa”*. E enquanto isso? Então, ficamos nessa situação. As barracas não foram disponibilizadas a tempo e tudo se fez de forma provisória.

Estou atendendo às exigências do Ministério Público, mas apenas no papel. De fato, de fato, de fato, estão lá as reconstruções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Eu agradeço a todos que aqui vieram, mais uma vez, ao Sr. Francisco, ao Prefeito Marcelo, ao Prof. Anderson. Vou suspender por 2 minutos a reunião para que a Presidenta possa assumir. Não vamos votar nenhum requerimento. Eu gostaria de agradecer a todos pela presença.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Deputado, V.Exa. está presidindo a reunião. Eu só gostaria de pedir ao Professor que colabore conosco na elaboração da proposta do marco regulatório para a questão da defesa civil. Aliás, peço a colaboração dos dois, que nos encaminhem sugestões para a proposta de proteção civil que estamos construindo, a proposta de um código nacional. Peço que nos mandem ainda neste mês de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Presidenta, por favor, repita para nós o *e-mail* da Comissão.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nós o passaremos depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos a presença.

Muito obrigado.